

DISTINÇÃO CONCEITUAL: EDUCAÇÃO PERMANENTE E EDUCAÇÃO CONTINUADA NO PROCESSO DE TRABALHO EM SAÚDE¹

MASSAROLI, Aline²
SAUPE, Rosita³

Introdução: apesar de historicamente estar permeando os programas voltados para a área da saúde, a Educação Permanente só recentemente alçou o 'status' de política pública. Esta nova perspectiva vem gerando um movimento inovador de construção de conhecimento visando apoiar sua implementação e consolidação. Um aspecto que chama a atenção, nos documentos legais, é a ênfase em se estabelecer diferenciação entre Educação Permanente e Educação Continuada. Percebe-se que a educação na área da saúde vem passando por muitas mudanças em suas concepções e conceitos, paralelamente à evolução que vem ocorrendo em todas as ciências, sofrendo influência direta do momento sócio-econômico-político do país. Como etapa de um projeto que está pesquisando a temática buscamos, na literatura, a compreensão da evolução do conceito e as possíveis diferenciações abordadas pelos estudiosos. **Objetivo:** evidenciar as possíveis aproximações e distanciamentos entre as expressões Educação Continuada e Educação Permanente em saúde. **Metodologia:** revisão de literatura, utilizando a metodologia da análise documental. Foram consultados livros, artigos, dissertações e bases de dados. **Resultados:** a Educação Continuada surgiu com o intuito de atualizar os profissionais de saúde, para que estes pudessem exercer suas funções com melhor desempenho. Em 1978, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPS) conceitua a Educação Continuada como um processo permanente que se inicia após a formação básica e tem como intuito atualizar e melhorar a capacidade de uma pessoa ou grupo, frente à evolução técnico-científica e às necessidades sociais. Posteriormente, em 1982 a

¹Projeto de pesquisa submetido ao edital 49/2005, aprovado e financiado pelo CNPq conforme Processo 402044/2005-3 e vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC 2007/2008.

² Relatora. Discente do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade do Vale do Itajaí. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC 2007/2008. Rua: Bagdá, nº 1296, St Regina IV, Areias, Camboriú - SC. CEP: 88340-000 alinema18@yahoo.com.br

³ Enfermeira. Doutora. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem e do Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho da Universidade do Vale do Itajaí.

Organização Mundial da Saúde (OMS) conceitua a Educação Continuada como um processo que inclui as experiências posteriores ao adestramento inicial, que ajudam o pessoal a aprender competências importantes para o seu trabalho. A educação continuada também é definida como algo que englobaria as atividades de ensino após o curso de graduação com finalidades mais restritas de atualização, aquisição de novas informações, com atividades de duração definida e através de metodologias tradicionais. A literatura segue registrando uma variedade de expressões, sendo as mais freqüentes: treinamento em serviço, educação no trabalho, educação em serviço, Educação Continuada, Educação Permanente, conceitos que foram se apresentando na área da saúde, mas mantendo significados semelhantes, sendo tratados como sinônimos, podendo ser atribuídos tanto aos programas pontuais de capacitação inicial para o trabalho ou atualização científica e tecnológica, logo transitórios, como para serviços incluídos nos organogramas oficiais das instituições de saúde. Em 1980, por inspiração Freireana, aparece o conceito de competência processual, incluindo tanto as experiências de nível individual quanto coletiva. Esta abordagem contribui para a ampliação do conceito de Educação Permanente, orientada para enriquecer a essência humana e suas subjetividades, em qualquer etapa da existência de todos os seres humanos e não somente de trabalhadores. Esta parece ser a ótica atual do Ministério da Saúde, pois a escolha da terminologia Educação Permanente é dada como justificativa para integrar as múltiplas abordagens pretendidas. Neste sentido abrigaria, além da educação em serviço, a compreensão no âmbito da formação técnica, de graduação e de pós-graduação; da organização do trabalho; da interação com as redes de gestão e de serviços de saúde; e do controle social no setor. Em estudos recentes é possível observar a ampliação do conceito de Educação Permanente e uma nova nomenclatura na área da saúde, que passa a chamar este processo de educação em saúde como Educação Permanente em Saúde, justificando o uso desta terminologia pelo fato de que este processo passou a ser uma política pública formulada para alcançar o desenvolvimento dos sistemas de saúde, reconhecendo que só será possível encontrar trabalhadores que se ajustem as constantes mudanças

ocorridas nos complexos sistemas de saúde por meio da aprendizagem significativa, que prevê que o conhecimento deve ser construído, considerando as novidades e o que já se têm como consolidado. É proposta como uma nova forma de transformar os serviços, trabalhando com todos os indivíduos envolvidos com a saúde, oferecendo subsídios para que consigam resolver seus problemas e estabeleçam estratégias que amenizem as necessidades de sua comunidade. A Educação Permanente em Saúde vem para aprimorar o método educacional em saúde, tendo o processo de trabalho como seu objeto de transformação, com o intuito de melhorar a qualidade dos serviços, visando alcançar equidade no cuidado, tornando-os mais qualificados para o atendimento das necessidades da população. Com este intuito, a Educação Permanente parte da reflexão sobre a realidade do serviço e das necessidades existentes, para então formular estratégias que ajudem a solucionar estes problemas. Ainda nesta perspectiva a Educação Permanente é considerada como a educação no trabalho, pelo trabalho e para o trabalho nos diferentes serviços cuja finalidade é melhorar a saúde da população. Encontramos ainda literaturas que enfatizam que o que deve ser realmente prioritário na Educação Permanente em Saúde é sua capacidade de se remodelar frente às incessáveis mudanças ocorridas nas ações e nos serviços de saúde, tendo uma íntima ligação com a política de formação dos profissionais e dos serviços. O Ministério da Saúde considera que no processo de Educação Permanente em Saúde o aprender e ensinar devem se incorporar ao cotidiano das organizações e ao trabalho, tendo como objetivos a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho, sendo estruturados a partir da problematização do processo de trabalho, onde a atualização técnico-científica é um dos aspectos da transformação das práticas, porém, não é seu foco central. Desta forma, a Educação Permanente é considerada como algo mais abrangente da educação enquanto formação integral e contínua do ser humano com um referencial teórico-metodológico problematizador. A Educação Permanente é entendida como uma atualização cotidiana das práticas, seguindo os novos aportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis, contribuindo para a construção de relações e processos que

emergem do interior das equipes, com seus agentes e práticas organizacionais, e incluem as práticas interinstitucionais e/ou intersetoriais. **Considerações:** os conceitos, tanto teórico quanto metodológico da Educação Permanente, enquanto política pública, ainda não estão efetivamente compreendidos, demandando a necessidade de prosseguimento de estudos. Todavia, se a literatura trata este conceito como sinônimo de Educação Continuada, ou outras nomenclaturas, já é possível perceber que a proposta ministerial amplia seu significado, tanto pela inclusão de todos os atores, quanto pela eleição de metodologias participativas que partem das experiências vividas, problematizando-as e gerando propostas que viabilizem soluções.

Palavras chave: Educação Permanente; Educação Continuada; Educação em Saúde.

Temática: Formação e capacitação.

Referências Consultadas:

CECCIM, R.B. Educação permanente: desafio ambicioso e necessário. Interface-Comunic, Saúde e Educ. v.9, n.18, p.161-177, set.2004/fev.2005.

FERRAZ, F. Educação Permanente/Continuada no Trabalho: um direito e uma necessidade para o desenvolvimento pessoal, profissional e institucional, 2005. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Curso de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 263 p.

KURCGANT, P. (coord.). Administração em enfermagem. São Paulo: EPU, 1991.

OGUISSO, T. A educação continuada como fator de mudanças: visão mundial. Rev. Técnica de Enfermagem – Nursing. n.20, p. 22-25, jan./2000.

RIBEIRO, E.C.O.; MOTTA, J.I.J. Educação permanente como estratégia na reorganização dos serviços de saúde. **Divulgação em Saúde Para Debate**, n.12, jul. 1996. p. 39-44.